



**CONTRATO Nº 016/CEGÁS/2023**  
**PROCESSO SCDOC Nº 9303/2023**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, E A  
EMPRESA TOTVS S.A, PARA OS FINS NELE  
INDICADOS.**

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, Cep: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo**, e pelo Diretor Presidente **Miguel Antonio Cedraz Nery**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e o(a) empresa **TOTVS S.A.**, situada na cidade de São Paulo/SP, na Av. Braz Leme, 1000 - Bairro Casa Verde, CEP: 02511-000, telefone (11) 98112.7222, inscrito no CNPJ: 53.113.791/0001-22, doravante denominado CONTRATADA, neste ato representada pelos procuradores **Sr. Alcinei de Oliveira e Sr. Marcio Huri Nobre de Souza**, devidamente representado conforme ato constitutivo, na Avenida Braz Leme, nº 1000 – Casa Verde – CEP: 02.511-000, RESOLVEM celebrar este CONTRATO, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, e na proposta da CONTRATADA, independente de transcrição e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO**

1.1. O presente CONTRATO tem como fundamento o inciso I, do Art. 30, da Lei 13.303/2016, a proposta comercial da CONTRATADA, parte integrante deste termo, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste contrato a contratação da TOTVS S.A. para realização dos serviços de manutenção das 24 licenças do sistema LOGIX – Protheus Full, bem como módulo SESMT, a guarda dos arquivos de código fonte dos programas dos sistemas desenvolvidos exclusivamente pela CEGÁS, conforme as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência e na proposta comercial da CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

ITEM	LOTE 01	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Serviço de manutenção das 24 licenças TOTVS (Full) incluindo módulo SESMT (Medicina e Segurança do Trabalho)	MÊS	58

**3.1. Especificações Técnicas**

**3.1.1. Serviços Mensais de Software e Educação à Distância (SMS):**

Serviços mensais de software e Educação à Distância oferecidos ao Cliente, cuja prestação está sujeita aos termos e condições estipulados nesta Proposta e no Contrato. O SMS dá, no perfil de 'cliente', o direito de acesso aos Cursos da Academia TOTVS, que são assíncronos e podem ser assimilados no horário preferido.

Para liberação de acesso, o cliente deve realizar a solicitação via chamado no Portal do Cliente.



### 3.1.2. Cessão de Direito de Uso de Software (CDU)

Licença não-exclusiva, não-transferível, limitada e condicional aos termos do contrato de Cessão de Direitos de Uso de Software e Prestação de Serviços ("Contrato") para utilizar os softwares listados no item Valores e Condições de Pagamento, que é oferecida ao Cliente, sujeita aos termos e condições estipulados nesta Proposta.

### 3.1.3. Serviços Mensais de Software (SMS)

Serviços mensais de software e Educação à Distância oferecidos ao Cliente, cuja prestação está sujeita aos termos e condições estipulados nesta Proposta e no Contrato. O SMS dá, no perfil de 'cliente', o direito de acesso aos Cursos da Academia TOTVS, que são assíncronos e podem ser assimilados no horário preferido.

Para liberação de acesso, o cliente deve realizar a solicitação via chamado no Portal do Cliente.

### 3.1.4. Serviços Complementares de Software (SCS):

Serviços complementares de software, os quais compreendem, dentre outros, os Serviços de Implantação, Suporte Local, Fábrica de Software e Treinamento e não fazem parte do escopo desta Proposta e serão objeto de proposta em separado.

### 3.1.5. AMS (APPLICATION MANAGEMENT SERVICES - N3)

Serviço de manutenção dos programas-fontes customizados do cliente em relação às atualizações de produto (pacotes e versão) e a correção de não conformidades. Trata-se de um serviço complementar aos Serviços Mensais de Software (SMS) solicitado pelo cliente. O AMS tem as seguintes características:

- Guarda dos programas-fontes dos customizados do Cliente inventariados e auditados, em ambiente seguro.
- Garantia de que os programas-fontes dos customizados do Cliente serão compilados e executados em novas tecnologias implementadas no produto TOTVS.
- Disponibiliza a execução dos customizados do Cliente nos novos bancos de dados homologados pela TOTVS.
- Garantia da adequação dos customizados do Cliente para eventuais alterações legais, fiscais ou tributárias, desde que a legislação seja previamente tratada pelo Produto Padrão na Versão/Release/Patch utilizada em ambiente de produção no cliente.
- Manutenção dos programas-fontes customizados do Cliente sob guarda do AMS – N3 Customizados, que tenham o seu funcionamento afetado pela liberação de patches periódicos do Produto desde que não altere o escopo da customização.
- Correção das não conformidades encontradas nas customizações, exceto melhorias funcionais e alteração de escopo.
- Avaliação e adequação nas customizações do Cliente dos impactos de novas versões do produto, desde que as customizações permaneçam associadas aos mesmos pontos de entrada para os quais foram concebidas.
- Efetivação de testes técnicos para avaliar o impacto nas customizações do Cliente no momento da liberação de patches periódicos do produto. (Quando solicitado pelo cliente; – Agendamento deve ser realizado com antecedência mínima de 30 dias.)



### 3.1.6. RELAÇÃO DE FUNÇÕES DO MÓDULO SESMT

- Serviços – provedor de Serviços
- Administração de Pessoal
- Medicina do Trabalho
- CIPA – Medicina
- Causas de Acidentes
- Planos de Ação – CIPA
- Mandatos
- Candidatos
- Providências ACID
- Agenda de Reuniões
- Componentes
- Calendário de reuniões ordinárias CIPA
- Atas de eleições CIPA
- Ficha de inscrição CIPA
- Relatório para votação CIPA
- Folha de comprovante de votação CIPA
- Ata de instalação e posse da CIPA
- Edital de convocação p/ inscrição do mandato CIPA
- Acidente de Trabalho – Medicina
- Obj. Causador Acid.
- Tipos de Acidentes
- Despesas de Acidentes
- Acidentes
- Quest. Acidente
- Partes do corpo atingidas no acidente
- Natureza da lesão no acidente
- Cadastrais – Rel. Medicina
- Questionário padrão
- Pré-reqs da gestão de controle de medicina seg. Tra
- Unidades de medida
- Regras apontamento
- Parâmetros
- Turnos de trabalho
- Sindicatos
- Verbas
- Tipos de Ent./Saída
- Grupo de Produtos – ERP
- Bancos
- Laudos – Medicina
- Laudos x Controles
- Laudos x Equipamentos
- Laudos x Riscos
- Laudos x Locais
- Laudos
- Exames – Medicina
- Fornecedor Exames
- Exames do Funcionário
- Itens do Exame
- Exames por agentes
- Exames progr. Saúde
- Exames por filial
- Exames
- Exames por risco
- PPRA – Medicina

DS  
MACNDS  
MJDDS  
MAMDrub\_dir  
DS  
LPSA



- Ambiente físico
- Forte geradora
- Tarefas por Funcionário
- Riscos
- Planos de Ação
- Risco x Plano de Ação
- Risco x EPI
- Processos – Medicina
- Gerar Convocação
- Gerar programação
- Gerar Exames Riscos
- EPI – Medicina
- Funcionário x EPI
- EPI x Funcionário
- EPI x Função
- EPI x Fornecedor
- Prontuário Médico – Medicina
- Ficha Técnica
- Atestado médico
- Atestado (ASO)
- Questionário Funcionário
- Diagnóstico médico
- Atendimento médico
- Prog. Saúde funcionário
- Ocorrências Ficha
- Medicamentos Medicina
- Movimento medicamento
- Medicamentos
- Vacinas
- Vacinas dos colaboradores
- PCMSO – Rel. Medicina
- Rel. Geral – Seg. Trabalho (PCMSO)
- PCMSO Anula
- Cadastros Gerais – Medicina
- Produtos – ERP
- Imagens
- Funcionários – Pessoal
- Calendários
- Funções Pessoal
- Fornecedores
- Clientes
- Afastamentos
- Contatos
- Cadastro de custos
- Tipos de Inspeção
- Ordens de inspeção de extintores
- Geração do Plano de inspeção de extintores
- Retorno simplificado da inspeção de extintores
- Grupo de doenças – CID
- Ara de inspeção
- Geração de programação para vacinação
- PPRA – Rel. Medicina
- Funcionário x Função
- Plano de Ação x Risco
- Rel. Geral – Seg. Trabalho (PPRA)

rub\_dir  
M.D

- CIPA – Rel. Medicina
- Plano de Ação x Acidente
- Agenda de Reuniões
- Plano de Ação Mandato
- Implantação – Medicina
- Gerar fichas Médicas
- Exames – (ASO) – Rel. Medicina
- Atestado (ASO)
- Aso's Emitidos
- EPI – Rel. Medicina
- Fornecedores EPI
- Rec. Entrega EPI
- EPI x Funcionários
- Substituição EPI
- EPI x Função
- EPI x C.A. Vencido
- Acidentes - Rel. Medicina
- CAT (Com. Acidentes)
- Acidentes sem vítimas
- Acidentes período
- Doenças ocupacionais
- Acidentes com vítimas
- Cadastros básicos – Medicina
- Faixa periódicos
- Médicos Emit. Atestados
- Termo Responsabilidade
- Medidas controles
- Ocorrências Funcionários
- Motivo Consulta
- Result. Exames
- Questionário Padrão
- Agenda médica
- SESMT/Usuário Atend.
- Eqptos Avaliação
- Restrições
- Cid
- Agenda Lembretes
- Exames – Fornecedores – Rel. Medicina
- Fornecedor Exames
- Prontuário médico – consulta medicina
- Atestado (ASO)
- Agenda médica
- F.M. Saúde/doença
- F.M Diagn/exames
- Questionário medic
- Programas de saúde
- Doenças (CID)
- EPI – Consulta medicina
- EPI's Entregues
- Plano de Ação – Consulta medicina
- Plano Ação x Risco
- Exames Prog e Conv – Rel Medicina
- Encaminhamento
- Convocação Exames
- Programação Exames

rub\_dir  
M.DDS  
M.DDS  
M.Drub\_dir  
DS  
LPSA

- Laudos – Rel. Medicina
- Rel. Geral Laudo
- Custos Exames – Rel. Medicina
- Custos por Fornecedores
- Custo PCMSO
- Atendimento Médico – Rel Medicina
- Ficha médica
- Receita médica
- Atend. x Motivo
- Cid x C. Custo
- Id x Funcionários
- Respostas Question
- Medicamentos
- Func. Afastados
- Exames – Resultados – Rel Medicina
- Exames por agente
- Exames itens quant
- Exames p/c custo
- Exames auditivos
- Acidentes – Consulta medicina
- Acidentes
- Exames – Consulta medicina
- Programação Exames
- Comp. Exames Audit
- Program por Exames
- Convocação Exames

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

4.1. O valor global deste Contrato é de R\$ 697.398,38 (seiscentos e noventa e sete mil trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos), para a prestação dos serviços especificados no Anexo I - Termo de Referência, pagos com recursos próprios oriundos da CEGÁS.

4.2. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice de preços ao consumidor (INPC), ou no caso de sua extinção por outro índice avençado pelas partes.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contado a partir de sua celebração.

5.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 58 (cinquenta e oito) meses, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, que será emitida após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado - DOE.

5.3. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº13.303/2016 e nos arts. 174 a 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

5.4. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

5.5. A publicação resumida do contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.



## CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios oriundos da CEGÁS.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado mensal mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados, no protocolo da CEGÁS, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

7.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, na **primeira quinta feira após 15 dias** do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

7.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.2. Não será efetuado o pagamento integral à contratada, mas sim proporcional: antes da execução do objeto, se o objeto não estiver de acordo com as especificações deste Contrato, Anexo I - Termo de Referência e em caso de descumprimento das condições de habilitação exigidas para a contratação.

7.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.3.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

7.4. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

DS  
MJC

8.1. Executar o objeto em conformidade com as condições neste instrumento e do Anexo I – Termo de Referência.

8.2. Manter durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Política de Suporte Técnico da Oracle e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CEGÁS, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CEGÁS proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

8.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da notificação.

DS  
MJDDS  
MJDrub\_dir  
DS  
LPSA

8.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, não transferindo a responsabilidade à CEGÁS para nenhum fim de direito.

8.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

8.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

8.9. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

8.10. Disponibilizar a Contratante, mensalmente, os seguintes documentos: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Serviços ou instrumento hábil.

9.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016;

9.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará em prazo razoável, nos termos da proposta comercial.

9.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Contrato.

9.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agente público da CEGÁS especialmente designados, quando da aprovação da assinatura do contrato.

10.1.1. O gestor e o fiscal do contrato, com a indicação da função exercida, serão nomeados pela Diretoria Executiva da CEGÁS, por meio de Ata de Reunião, nos termos do § 1º do art. 196, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILCS da CEGÁS.

DS  
MACNDS  
MJDDS  
MAMDrub\_dir  
DS  
LPSA

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Não será exigido garantia para esta contratação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

### 12.1. Quanto à execução:

12.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, pelo prazo de 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, na Avenida Washington Soares, 6475, Bairro José de Alencar, CEP: 60.830-005, CNPJ: 73.759.185/0001-96 - IE: 06.925.863-5, no(s) horário(s) e dia(s) da semana das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, de segunda-feira à sexta-feira.

12.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

### 12.2. Quanto ao recebimento:

12.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recebimento da fatura pela CONTRATANTE, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

12.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade, respeitado o prazo de execução e vigência contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e conforme o seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, as seguintes penalidades:

### 13.1.1. Advertência

### 13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente e rescisão contratual, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada apenas a multa.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa de 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deste contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.



rub\_dir  


13.2. A multa a que porventura a CONTRATADA der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução deste contrato, reservando-se a CONTRATANTE o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

13.2.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.2.2. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade previsto no capítulo VIII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

13.2.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCOS**

14.1. Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado ao Anexo I - Termo de Referência, os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

14.2. Constituem riscos suportados exclusivamente pela CEGÁS, que poderão ensejar termos aditivos a esse contrato:

14.2.1. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela CEGÁS, que comprovadamente repercute no preço do CONTRATADO;

14.2.2. Elevação extraordinária dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.

14.3. Observado o disposto no item precedente, constituem riscos suportados exclusivamente pelo CONTRATADO:

14.3.1. Atraso na execução do objeto contratual por culpa do CONTRATADO.

14.3.2. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.

14.3.3. Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do CONTRATADO na avaliação da hipótese de incidência tributária.

14.3.4. Variação da taxa de câmbio.

14.3.5. Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao apurado conforme Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

14.4. O CONTRATADO declara:

DS  
MJD

14.4.1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ele assumidos no Contrato.

DS  
MJDDS  
MJDrub\_dir  
DS  
LPSA

14.4.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta e assinatura do Contrato.

14.5. O CONTRATADO não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente à CEGÁS venham a se materializar.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a CONTRATADA deverá concordar e autorizar que, na hipótese deste contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução deste contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

15.4. A CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em Lei se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução deste contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 237 e 238, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGAS, será causa para sua rescisão, na forma do art. 235 com as consequências previstas no art. 239 e 240, do mesmo diploma legal.

17.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, sem que caiba à CONTRATADA o direito à indenização de qualquer espécie.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CEGAS e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CEGÁS, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CEGÁS. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações. A CONTRATADA não deverá repassar ou disponibilizar os dados pessoais passados pela CONTRATANTE para qualquer terceiro sem a sua prévia e expressa anuência.

d) Caso necessários, auxiliar a CEGÁS na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei. A CONTRATADA deverá cooperar com a CONTRATANTE e tomar todas as medidas cabíveis para auxiliar o CONTRATANTE e as autoridades competentes a investigar, mitigar e remediar o incidente ocorrido. Cada parte deve manter todas as informações deste Contrato sob sigilo e não deve compartilhar e disponibilizar tais informações com terceiros sem a prévia autorização expressa da outra parte.

DS  
MALNDS  
MDS  
MALNSrub\_dir  
DS  
LPSA

e) Conforme previsão legal, fornecer informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados.

f) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CEGÁS assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CEGÁS. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

g) Garantir que o titular dos dados pessoais possa revogar o consentimento para tratamento de seus dados pessoais, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020. Mas, o Titular deve ficar ciente de que a Controladora poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

i) Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;

ii) Para procedimentos de admissão e execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;

iii) Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;

iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

vi) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

vii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

18.2. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CEGÁS para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

18.3. A CONTRATADA deverá notificar a CEGÁS em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pelo CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.



rub\_dir  


18.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CEGÁS e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ÉTICA E INTEGRIDADE / CONFORMIDADE

19.1. A CONTRATADA deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se em não praticar quaisquer atos lesivos à CEGÁS, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 e outras normas de licitações e contratos aplicáveis à CEGÁS.

19.2 A CONTRATADA deverá pautar sua atuação nos princípios éticos e compromissos definidos no “CÓDIGO DE CONDUITA E INTEGRIDADE” da CEGÁS, disponível para download no site eletrônico da CEGÁS. Dessa forma, não caberá ao CONTRATADA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei nº 12.846/2013.

19.3 A CONTRATADA, sem excluir o dever da CEGÁS, está obrigado a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

19.4 A CONTRATADA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CEGÁS, dentre os quais:

a. <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria>;

b. [ouvidoria@cegas.com.br](mailto:ouvidoria@cegas.com.br);

c. Telefone ouvidoria: (85) 3266.6924;

d. [comissao.etica@cegas.com.br](mailto:comissao.etica@cegas.com.br);

e. [cae@cegas.com.br](mailto:cae@cegas.com.br);

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ANTICORRUPÇÃO

20.1 Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as Partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido no Código de Conduta e Integridade da CEGÁS, disponibilizado no site eletrônico desta Companhia, assim como com o estabelecido na Lei Nº 12.846, de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

20.2 As Partes declaram, na data de entrada em vigência deste Contrato, que as mesmas, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem de qualquer tipo (ou que tenha ficado implícito que irão ou poderão fazer qualquer coisa desta natureza a qualquer momento no futuro) de alguma forma relacionada ao Contrato e que tomaram as medidas razoáveis para prevenir subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeito ao seu controle ou à sua influência de fazê-lo.



20.3. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados com este Contrato, ao longo de sua vigência e após, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante ajam da mesma forma.

20.4. As Partes declaram que vedarão as práticas seguintes a qualquer momento e de todas as formas, em relação a prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência, funcionários públicos a nível internacional, nacional ou local, partidos políticos, partidos oficiais ou candidatos a cargos políticos, diretores, executivos ou empregados de partidos, quer estas práticas sejam envolvidas direta ou indiretamente, inclusive através de terceiros:

a) Suborno: é o ato de oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer valor indevido ou outras vantagens, por ou para qualquer das pessoas acima listadas ou para qualquer outra pessoa a fim de obter ou reter o negócio ou outras vantagens impróprias, em conexão com contratos públicos ou privados, licenças regulatórias, tributação, taxas alfandegárias, procedimentos judiciais e legislativos.

A prática de suborno não se limita ao descrito, mas frequentemente inclui:

i) repasse de parte do pagamento do contrato a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais ou aos empregados da outra Parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios, ou,

ii) O uso de intermediários como agentes, subcontratadas, consultores ou outros terceiros, para canalizar o pagamento a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais, ou aos empregados da outra parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios.

b) Extorsão ou Solicitação: é a exigência de um suborno, seja ou não acoplado a uma ameaça se a exigência é recusada. Cada parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é encorajada a reportar tais tentativas através dos meios formais ou informais de comunicação, a menos que tal relatório seja considerado contraproducente dadas as circunstâncias.

c) Tráfico de Influências: é o ato de oferecer ou solicitar uma vantagem indevida por meio do exercício de influência imprópria, real ou suposta com o objetivo de obter uma vantagem indevida para si ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem dos proventos das práticas corruptas acima mencionadas: é a ocultação ou disfarce da origem ilícita, da fonte, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, sendo que tal propriedade é produto de crime. Em respeito aos terceiros, sujeitos ao controle ou influência determinante de uma Parte, incluindo, mas não limitado aos fiscais do Contrato, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratadas, franqueados, advogados, contadores ou intermediários similares, atuando a favor da Parte no que diz respeito ao marketing ou vendas, a negociação dos contratos, a obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou qualquer ação que beneficie a parte ou os subcontratadas, as Partes se comprometem a instruí-los a:

i. não participar ou tolerar qualquer ato de corrupção;

ds  
M.A.C.N

ii. não usar suas posições para a condução de práticas de corrupção; contratá-los apenas na extensão necessária para a condução regular dos negócios das Partes;

ds  
M.Dds  
LPSAds  
M.A.M.S

iii. não pagar mais do que a remuneração adequada ao legítimo serviço.

20.5. O descumprimento dos deveres estipulados nos itens antecedentes ensejará a abertura de procedimento administrativo contraditório para apurar a conduta da Parte

que violar o referido dispositivo. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nestas cláusulas, a Parte poderá notificar a outra Parte e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável. Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa provando que quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

20.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente às providências descritas no item acima, suspender o contrato ou encerrá-lo, considerando que todo o montante contratualmente até a suspensão ou término do Contrato continuarão devidos, na medida do permitido pela lei aplicável.

20.7. Além do disposto acima, após a apuração dos fatos pela CEGÁS, o resultado será publicado no Diário Oficial, dando-se ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à PGE para eventuais medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza/Ce., 30 de março de 2023 | 13:55 BRT

DocuSigned by:

Miguel Antonio Cedraz Nery

**MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY**

Diretor Presidente

Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:

Leandro Petsold dos Santos Araújo

**LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO**

Diretor Administrativo e Financeiro

Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:

Alinei de Oliveira

**ALCINEI DE OLIVEIRA**

Procurador

TOTVS S/A

DocuSigned by:

Marcio Huri Nobre de Souza

**MARCIO HURI NOBRE DE SOUZA**

Procurador

TOTVS S/A

## TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:

Leticia Ramos da Silva

Nome: Leticia Ramos da Silva

CPF: 323.108.278-19

DocuSigned by:

Ramiro Rodrigues Sumar

Nome: Ramiro Rodrigues Sumar

CPF: 02420804309

**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: E1588C4F0DB54FA297CEA09A3625C89C

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: CT-016-2023- Licenças do Logix-TOTVS.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 16

Assinaturas: 6

Certificar páginas: 6

Rubrica: 76

Assinatura guiada: Ativado

Remetente do envelope:

Glads Maria Pinheiro Mota

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Rua Santo Antonio no 17, Sala F

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Eusebio, CE 61760-000

glads.mota@cegas.com.br

Endereço IP: 187.32.11.17

**Rastreamento de registros**

Status: Original

Portador: Glads Maria Pinheiro Mota

Local: DocuSign

15/03/2023 15:40:47

glads.mota@cegas.com.br

**Eventos do signatário****Assinatura****Registro de hora e data**

Monica Damasceno



Enviado: 15/03/2023 16:43:11

monica.damasceno@cegas.com.br

Visualizado: 16/03/2023 14:19:41

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 16/03/2023 14:19:58

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

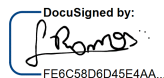
Usando endereço IP: 187.32.11.17

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 11/04/2021 13:24:46

ID: 04edd9e3-0c6a-44b8-b8e9-2f2e0dae24fe

LETICIA RAMOS DA SILVA



Enviado: 16/03/2023 14:20:08

leticia.ramos@totvs.com.br

Reenviado: 24/03/2023 08:34:01

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Visualizado: 29/03/2023 00:19:19

Assinado: 30/03/2023 11:03:22

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 190.83.5.230

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 16/03/2023 14:22:35

ID: 1e203dd9-d889-4a47-b17c-b1fa1124eaf7

Alcinei de Oliveira



Enviado: 30/03/2023 11:03:28

alcinei@totvs.com.br

Visualizado: 30/03/2023 11:16:21

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 30/03/2023 11:29:29

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

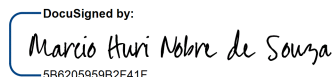
Usando endereço IP: 161.69.101.64

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 30/03/2023 11:16:21

ID: 99ec0e77-46d6-45fa-a4c2-09bd7a889d36

Marcio Huri Nobre de Souza



Enviado: 30/03/2023 11:29:35

marcio.huri@totvs.com.br

Visualizado: 30/03/2023 11:44:39

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 30/03/2023 11:45:22


Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 190.83.5.230


**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 30/03/2023 11:44:39


ID: 9b9d1988-d1d3-47f9-84de-4c2ae80ed119

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Ramiro Rodrigues Sumar ramiro.rodrigues@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<div>DocuSigned by:    6D7A776653809493...</div> Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.32.11.17	Enviado: 30/03/2023 11:45:29 Visualizado: 30/03/2023 11:49:32 Assinado: 30/03/2023 11:49:52

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
Não disponível através da DocuSign

Leandro Petsold dos Santos Araújo leandro.araujo@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<div>DocuSigned by:    6E5C9CE948FF4E3...</div> Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.32.11.17	Enviado: 30/03/2023 11:50:01 Visualizado: 30/03/2023 13:31:23 Assinado: 30/03/2023 13:31:53
---	---	---

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
Aceito: 30/03/2023 13:31:23  
ID: 00e35b43-1901-40f7-bc03-b305a51b2c80

Miguel Antonio Cedraz Nery miguel.nery@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<div>DocuSigned by:    37CBB121D5D64F5...</div> Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.32.11.17	Enviado: 30/03/2023 13:32:01 Visualizado: 30/03/2023 13:55:11 Assinado: 30/03/2023 13:55:37
---	---	---

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
Aceito: 09/03/2023 09:01:43  
ID: 9199bd65-e1ef-4aa5-8876-8050619aad09

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Maria Elizabeth Ferreira Wanderley elizabeth.wanderley@cegas.com.br Técnica de Processos Organizacionais CEGÁS Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<b>Copiado</b>	Enviado: 30/03/2023 13:55:48 Visualizado: 30/03/2023 15:50:56
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não disponível através da DocuSign		
Ana Eveline Cavalcante Lima anaeveline.limaetorres@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<b>Copiado</b>	Enviado: 30/03/2023 13:55:51
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não disponível através da DocuSign		

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Rondnei Ricardo Torres Tavares rondnei.torres@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<b>Copiado</b>	Enviado: 30/03/2023 13:55:54
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Aceito: 03/05/2022 14:24:17 ID: a709f55c-1d9c-428c-8ef1-609535ef970d		

Leticia Ramos da Silva leticia.ramos@totvs.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<b>Copiado</b>	Enviado: 30/03/2023 13:55:57 Visualizado: 30/03/2023 13:56:37
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Aceito: 16/03/2023 14:22:35 ID: 1e203dd9-d889-4a47-b17c-b1fa1124eaf7		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	15/03/2023 16:43:11
Envelope atualizado	Segurança verificada	17/03/2023 09:35:23
Envelope atualizado	Segurança verificada	17/03/2023 09:35:23
Entrega certificada	Segurança verificada	30/03/2023 13:55:11
Assinatura concluída	Segurança verificada	30/03/2023 13:55:37
Concluído	Segurança verificada	30/03/2023 13:55:57

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
--	--	--

## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, HCITIS OBO CEGAS - ISV (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

#### **How to contact HCITIS OBO CEGAS - ISV:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [admin.gerti@cegas.com.br](mailto:admin.gerti@cegas.com.br)

#### **To advise HCITIS OBO CEGAS - ISV of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [admin.gerti@cegas.com.br](mailto:admin.gerti@cegas.com.br) and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

#### **To request paper copies from HCITIS OBO CEGAS - ISV**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [admin.gerti@cegas.com.br](mailto:admin.gerti@cegas.com.br) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

#### **To withdraw your consent with HCITIS OBO CEGAS - ISV**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to [admin.gerti@cegas.com.br](mailto:admin.gerti@cegas.com.br) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

### **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

### **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify HCITIS OBO CEGAS - ISV as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by HCITIS OBO CEGAS - ISV during the course of your relationship with HCITIS OBO CEGAS - ISV.